



FOTOS RICARDO CHAVES

Orandir Lucas chegando à polícia: alegre até o momento de depor

SEQÜESTRO

Uma dúvida a menos

A acareação confirmou o reconhecimento de "Didi Pedalada" como um dos seqüestradores

Finalmente, na manhã de terça-feira da semana passada, encontraram-se frente a frente no gabinete do coordenador regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, três personagens que já deveriam ter sido reunidas em uma sala há pelo menos três semanas: o delegado Edgar Fuques, coordenador da Polícia Federal, o investigador do DOPS gaúcho Orandir Portassi Lucas e o jornalista Luís Cláudio Cunha, chefe da sucursal de VEJA em Porto Alegre.

— Você conhece o sr. Orandir Portassi Lucas? — perguntou o delegado Fuques a Luís Cláudio Cunha, sentado à sua frente.

— Conheço — respondeu Cunha, indicando o ex-jogador de futebol do Internacional e atual investigador, conhecido como "Didi Pedalada". — Este senhor ao meu lado é um dos homens armados que estavam no interior do apartamento da rua Botafogo, na tarde de 17 de novembro, e que me dirigiu a palavra dizendo que eu havia entrado "numa baita fria, cara". Ele é um dos participantes do seqüestro. Quanto a is-

so, tenho convicção plena, total e absoluta, delegado.

Até aquele momento, apenas por meio de fotografias Cunha tinha reconhecido Didi Pedalada como um dos seqüestradores de Lilian Celiberti Rosas de Casariego, seus filhos Camilo e Francesca, e Universindo Rodríguez Díaz, quatro exilados uruguaios que sumiram de Porto Alegre no dia 17 de novembro passado e apareceram dias mais tarde em um dos presídios de Montevidéu. "Por isso", conta o chefe da sucursal de VEJA, "nunca pude evitar uma ponta de dúvida: será que não estou cometendo uma injustiça? Mas, quando Didi entrou naquela sala da Polícia Federal, senti uma grande paz interior. Era ele mesmo. Nunca tive uma certeza tão grande em minha vida."

"NÃO SEI" — A mesma certeza teria no dia seguinte o fotógrafo João Batista Scalco, ao ser acareado com o investigador do DOPS na mesma Polícia Federal — já que também estivera no apartamento da rua Botafogo junto

com Cunha, ambos alertados por um telefonema anônimo denunciando o seqüestro. Nas duas oportunidades, contudo, o investigador Orandir Portassi Lucas negou ao delegado Fuques, presidente do inquérito que investiga o caso, qualquer participação no seqüestro.

— O que você fazia na tarde do dia 17 de novembro? — perguntou Fuques.

— Fazia meu trabalho normal de sindicância na Escola de Polícia — respondeu Lucas.

— Como é que você se lembra disso, especialmente, a respeito do dia 17 de novembro?

— Porque esse é o meu trabalho de rotina.

— E essa barba? Você sempre usou barba?

— Não, faz uns três meses que eu deixei ela crescer.

— E por que você deixou crescer a barba?

— Por nenhuma razão específica.

— E o jornalista aqui ao lado, você conhece?



Cunha: agora, absoluta certeza



Fuques: em busca da verdade

— Não, delegado, nunca vi.

— Mas ele diz que você estava lá, naquele dia.

— Pois eu não sei por que ele diz isso.

— Você não está instruído para me dizer isso?

— Não, delegado, absolutamente.

Tal negativa seria repetida diante de João Batista Scalco. A acareação entre os dois, aliás, deu-se somente por insistência do fotógrafo, já que as autoridades policiais tendiam a achar “desnecessária” nova identificação, após a certeza expressa por Cunha. “Eu quero ter convicção absoluta”, disse Scalco, “por isso gostaria de ser acareado com o Didi.” Fuques não interpôs obstáculos e, de fato, manifestou durante os interrogatórios dos dois jornalistas uma evidente preocupação em conduzir o inquérito com isenção e energia. “É isso, garoto”, disse ele ao fotógrafo ao final do depoimento. “Tudo bem, fica tranquilo, desencana que está tudo sob controle.”

QUARENTA PERGUNTAS — Houve movimentação, ainda, na área da polícia gaúcha — por conta de Marco Aurélio Reis, diretor do DOPS e superior imediato do delegado Pedro Seelig, identificado pelo menino Camilo Casariego como um dos homens que invadiram o apartamento da rua Botafogo. Responsável por uma sindicância a nível estadual, Reis também ouviu os dois jornalistas na semana passada. Para Luís Cláudio Cunha preparou quarenta perguntas — e em torno de algumas delas formou-se algo como uma discussão entre as partes.

— Como você acha que seria recebido se interrompesse ao meio uma reunião de subversivos? — perguntou Reis ao repórter.

— A pergunta, por ser altamente subjetiva, não permite uma resposta — disse-lhe Cunha.

A seguir, Reis concentrou suas preocupações em Pedro Seelig, contra quem já existe um processo onde é acusado de ter morto por afogamento, nas dependências do DOPS, em 1973, um menor de idade.

— Você reconheceu Pedro Seelig no apartamento naquele dia? — perguntou o delegado.

— Eu, como testemunha, não vi em nenhum momento o delegado Pedro Seelig no apartamento da rua Botafogo — esclareceu o repórter. — Mas não posso afirmar que ele ali não estivesse pois havia nas dependências internas do apartamento movimentação de pessoas que nunca se exibiram.

Reis reprovou a ressalva e insistiu:

— Você tem alguma prevenção contra o Seelig?

— Está bem, delegado — disse Cunha —, elimino a ressalva e substituo a palavra “apartamento” por “sala”. Eu, como testemunha, não vi em nenhum momento, frente a frente, o delegado Pedro Seelig na sala do apartamento da rua Botafogo, no dia 17 de novembro.

UMA MOÇA — Reis tinha razões para se inquietar com seu subalterno mais dileto. Afinal, nas últimas semanas acumularam-se suspeitas de que Seelig e o próprio DOPS participaram do seqüestro. O garoto Camilo, além de ter identificado o prédio da Secretaria da Segurança como o local onde esteve durante cinco dias detido em companhia de sua irmã, reconheceu Seelig por fotografias e afirmou que fora mantido sob a guarda de uma simpática moça — provavelmente, Laura Garcia, secretária do

delegado, segundo uma fonte da própria Secretaria.

Já ao delegado Fuques não preocupava a necessidade de inocentar um órgão sob sua jurisdição. Dessa forma, aprofundou mais energicamente seu interrogatório junto a Didi Pedalada e chegou a apresentar, inesperadamente, para Luís Cláudio Cunha, em sua sala, o advogado João Antônio de Castro, que teria uma cliente cujo irmão participou do seqüestro, sob as ordens de Seelig — mas que até agora se nega a identificar o policial, invocando o argumento do sigilo profissional. Nervoso, irritado, Castro sentou-se ao lado do jornalista e respondeu com rispidez à primeira questão apresentada por Fuques.

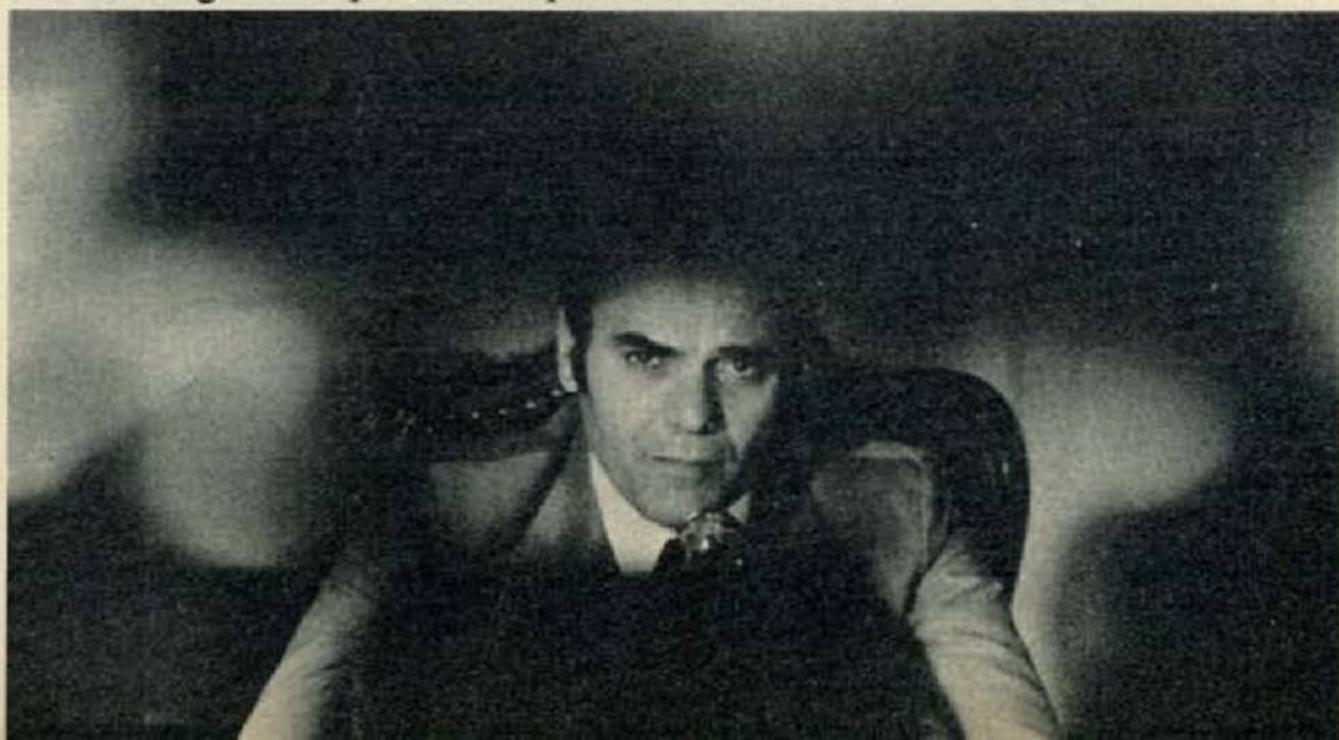
— O senhor está sendo coagido, doutor? — perguntou-lhe o presidente do inquérito, referindo-se à sua insistência em não revelar o nome do policial irmão de sua cliente.

— A única coação que eu estou sofrendo é por parte da imprensa. Em nome da liberdade estão impedindo meu sagrado direito ao trabalho — disse Castro. Em seguida, negou a existência de qualquer cliente com parente na polícia e envolvido em seqüestro.

— Não tenho nada a ver com isso — exaltou-se Castro. — Não estou comprometido ideologicamente nem mancomunado com ninguém. Estou tranquilo.

CONTAS — Sobre tudo o que foi dito nas acareações, as autoridades pediram sigilo de Cunha e Scalco. De alguma forma, contudo, tal reserva acabaria se diluindo — pois no dia seguinte o delegado de polícia e ex-superintendente dos Serviços Policiais, atual deputado estadual pela Arena gaúcha, Cícero do Amaral Viana, comentou em plenário que ouvira “trechos do depoimento do jornalista dizendo que Didi Pedalada estava na sala e Pedro Seelig não”.

Guazzelli: garante que tomará providências antes de ver Geisel





CARLOS NAMBA

Silveira: o Itamaraty pode ser acionado

Diante disso, os jornalistas sentiram-se desobrigados do compromisso.

A inconfidência desgostou ao governador Synval Guazzelli, que desde o princípio manifestara sua clara disposição de punir os responsáveis pelo seqüestro — reservando-se, contudo, o direito de nada dizer nem agir enquanto estivessem em andamento as sigilosas investigações policiais. Na semana passada, Guazzelli já se encontrava algo desgastado em virtude de uma visita que recebera, às vésperas do ano-novo, do comandante do III Exército, general Samuel Alves Correa. De uma posição francamente agressiva na cobrança dos responsáveis pelo desaparecimento dos uruguaios, o governador recuara cautelosamente após a conversa com Correa. Segundo uma alta fonte do Palácio Piratini revelou a VEJA, o general disse-lhe uma frase bastante significativa: “Governador, o senhor ainda não percebeu que a Revolução não deve contas a ninguém?”

NAS NORMAS — Seja como for, as investigações avançaram. Na última sexta-feira foi concluída a sindicância na área estadual — e a partir desta segunda-feira Guazzelli pretende estudá-la a fundo. Sua audiência com o presidente Ernesto Geisel, marcada também para esta segunda-feira e durante a qual ele pretendia apresentar o resultado da sindicância, foi adiada, talvez para o fim

da semana — aparentemente, o governador só quer falar com Geisel já tendo soluções definidas para o caso. “Tomarei medidas independente da audiência com o presidente”, garantiu Guazzelli aos jornalistas.

É bem possível, pois as coisas parecem ter ficado bastante mais claras, nas últimas semanas. As autoridades policiais já admitem a ocorrência de um seqüestro e, na sexta-feira, uma alta patente militar se encarregaria de reconhecer a existência de fatos que até agora os responsáveis pelo inquérito e pela sindicância relutam em admitir: a invasão de território brasileiro por militares estrangeiros em busca de exilados políticos — o que, justamente, teria acontecido com os quatro uruguaios.

— O senhor diz que a invasão dos uruguaios não afeta a segurança nacional? — perguntaram os jornalistas ao general Ruy de Paula Couto, em Brasília, logo após sua posse na chefia do Departamento Geral de Serviços do Exército.

— Não afeta a segurança nacional — respondeu ele — porque, para passar a fronteira, basta mostrar a carteira de identidade. É assim com a Argentina, o Chile, o Paraguai e o Uruguai. E, se quatro ou cinco entram para buscar alguém...

— Não atinge porque são uruguaios buscando uruguaios?

— Isso, por baixo do pano, deve ocorrer com freqüência. É uma velha prática. Vocês devem se lembrar do Eichman (*Adolf Eichman, criminoso nazista*), que foi buscado na Argentina.

— Esses fatos ocorrem com autorização do governo brasileiro?

— É lógico que sem a autorização do governo brasileiro. E é lógico também que devem ser apurados.

E assim deverá ser feito. Caso seja confirmada a presença de uruguaios, haverá reação oficial no âmbito do Ministério das Relações Exteriores. Na quarta-feira, o chanceler Antônio Azeredo da Silveira garantiu que o presidente Ernesto Geisel determinará ao Itamaraty que faça “o que está previsto nas normas de relações internacionais” — dirigindo-se ao governo uruguaio e interpelando-o sobre a questão. ●

BAHIA

Com toda força

Magalhães lança um novo jornal em Salvador

Salvador amanhece nesta segunda-feira com um novo diário — o *Correio da Bahia*, que tem como principal acionista e responsável o futuro governador do Estado, Antônio Carlos Magalhães. Com prédio e moderno equipamento próprios, o jornal exigiu um investimento de 40 milhões de cruzeiros — e pretende circular, logo de início, em 186 dos 336 municípios baianos, além de outras seis capitais brasileiras. Sua primeira edição, de 30 000 exemplares — bastante expressiva na Bahia —, terá 104 páginas, das quais cerca de cinquenta foram para anúncios avidamente disputados. “Afim”, diz um publicitário, “as agências querem ficar bem com o jornal do governador.”

Assim, mais que um simples órgão local de imprensa — será o quinto diário de Salvador —, o *Correio da Bahia* poderá ser utilizado como um dos principais instrumentos de sustentação política do governador. Ter um jornal, de fato, é uma velha idéia de Magalhães, que na juventude foi repórter político. No entanto, ele só faria uma primeira tentativa concreta há cerca de dois anos, quando quase chegou a comprar o *Jornal da Bahia* — que lhe moveu uma intensa campanha de oposição a seu primeiro período de governo, entre 1970 e 1974. E agora, de volta ao poder estadual, decidiu montar seu jornal, em sociedade com o também ex-governador Antônio Balbino e o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima.

Magalhães pretende disputar logo o segundo lugar no competitivo mercado local — reconhecendo, assim, a liderança do tradicional vespertino *A Tarde*. Para fazer o *Correio* foi contratada uma equipe de sessenta pessoas só na redação, chefiada pelo jornalista gaúcho Sérgio Toniolo, de 30 anos. “Faremos um jornal independente”, garante o editor. “Quem meter o pau no governador terá suas críticas publicadas.” De qualquer forma, como proprietário, Magalhães deverá influir diretamente na linha editorial. Uma das primeiras matérias, por exemplo, foi encomendada por ele — uma entrevista do preso político Theodomiro Romeiro dos Santos, com ácidas críticas ao atual secretário da Segurança do Estado, coronel Luiz Artur de Carvalho, um discreto inimigo de Magalhães. ●